

“MÍSTICA FEMININA”: UMA CRÍTICA DO PASSADO?¹

"FEMININE MYSTIQUE": A CRITIQUE OF THE PAST?

MARCOS DELSON DA SILVEIRA²

RESUMO

Este artigo, fundamentado em pesquisas bibliográficas, intenciona uma sucinta reflexão sobre a ideia da “Mística feminina” de Betty Friedan focando no escopo principal do “problema sem nome”. Partindo desse pressuposto latente na obra da autora supracitada, busca-se, no resumo do primeiro capítulo, relatar a percepção de época denunciada para, em comparação, tecer alguns acontecimentos relativamente recentes ligados intrinsecamente ao imaginário de poder construído na sociedade hodierna sobre a ideia do que é uma mulher e dos seus possíveis papéis na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Mística Feminina. Problema sem Nome. Imaginário de Poder. Sociedade Hodierna. Mulher.

ABSTRACT

This article, based on bibliographical research, intends a brief reflection on the idea of Betty Friedan's "feminine mystique" focusing on the main scope of the "nameless problem". It is based on this presupposition latent in the work of the author mentioned above, the summary of the first chapter is intended to relate the perception of the denounced period, in comparison, to weave some relatively recent events intrinsically linked to the imaginary of power built in today's society on the idea of what is a woman and her possible roles in society.

KEYWORDS: Feminine Mystique. Problem without Name. Imaginary of Power. Society Today. Woman.

INTRODUÇÃO

O livro norteador deste artigo, “Mística feminina”, é de autoria de Betty Friedan, primeira presidente da NOW³ (Organização Nacional de Mulheres Norte-Americanas), e foi publicado em 1963, trazendo em suas páginas inúmeras denúncias à condição social da mulher de sua época. “A ‘Mística Feminina’ é largamente visto como um dos livros de não ficção mais influentes do século 20 [...], até 2000 o livro já havia vendido mais de 3 milhões de cópias e sido traduzido para várias línguas” (FOX, 2006, *online*).

Esse livro faz uma denuncia da condição social da mulher norte americana que se encontrava sufocada pela visão social composta, meticulosamente, para aprisionar a mulher. Segundo Friedan (1971, p. 292-6), era preciso à mulher abandonar a “mística feminina” de dona do lar, cuidadora das crianças e encarar o casamento como de fato ele é, isto é, encarar o casamento

¹ Dedico este artigo a minha esposa e a minha filha: Polyana Lessa e Elisa Lessa.

² Especialista em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Filosofia Clínica pela Faculdade Católica de Anápolis. Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go). Anápolis, Goiás, Brasil. E-mail: marcos.delson@hotmail.com

³ Sigla em inglês para National Organization for Women.

como uma atividade de segundo plano⁴. Casamento e maternidade não geram a realização máxima da vida da mulher. É preciso a mulher usar os seus talentos com um propósito social. Para libertar a mulher da “mística feminina” é preciso que ela vá de encontro a sociedade, em específico ao trabalho. O trabalho “precisa ser levado a sério, fazer parte de um plano de vida, segundo o qual a mulher possa evoluir e participar da sociedade onde vive”. Uma participação viva na arte, na política e no aprendizado de uma profissão.

Esta crítica de Friedan situa-se dentro de um contexto nos Estado Unidos da América do norte onde as mulheres eram educadas para executar as atividades do lar, havia pouco incentivo para que elas continuassem os estudos em direção a uma carreira profissional produtiva e gratificante. Assim, entende-se, também, esse livro “Mística feminina” como um apelo ao direito social do trabalho, da profissionalização, da educação, da vida política, cultural da mulher⁵. Apelos de insigne importância à construção da sociedade atual, incluindo Friedan na segunda geração do movimento conhecido como feminismo. Segundo Fox (2006, *online*):

A “Mística Feminina” tornou Betty Friedan mundialmente famosa. Também fez dela uma das principais arquitetas do movimento de liberação feminina do final dos anos 1960 [...]Uma revolução social abrangente que remetia às campanhas em favor do sufrágio feminino, na virada do século 20, e que se tornaria conhecida como a segunda onda do feminismo.

Não obstante, em comparação com o Brasil e o mundo hodierno, onde vários casos de violência aos direitos da mulher surgem repentinamente e de forma redundante percebe-se que a luta feminina prossegue. A “mística feminina” se manifesta mascarada em agressões verbais e físicas e, em demasiados casos, com a morte da mulher. Foram esses “acidentes históricos de caráter” que motivaram a escrita deste artigo tornando atual uma crítica dos anos de 1960. Este escrito é um alerta que pisca avassaladoramente em defesa dos direitos da mulher e imprime um questionamento: o que, de fato, mudou?

1 O PROBLEMA SEM NOME

Betty Friedan, no livro “Mística feminina” (1971, p. 11-20), apontou a existência do “problema sem nome”. Esse “problema” é parte do que ela chamou de Mística feminina, que se situa na discrepância existente entre aquilo que a sociedade entende como papel social da mulher e a

⁴ Não se fala “segundo plano” aqui em um sentido pejorativo. “Segundo plano” no sentido de que a vida social, política e cultural tem um peso tanto quando a vida doméstica, para usar uma expressão de época.

⁵ O Plano Nacional dos Direitos Humanos III - Diretriz 9, Objetivo estratégico III, Ações programáticas “a” e “b” (pg. 90-1) - buscava a causa feminina de várias formas. Duas delas dizem respeito a “desenvolver ações afirmativas que permitam incluir plenamente as mulheres no processo de desenvolvimento do País, por meio da promoção da sua autonomia econômica e de iniciativas produtivas que garantam sua independência” e (b) “Incentivar políticas públicas e ações afirmativas para a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão”.

realidade da vida da mulher, uma verdadeira “cisão esquizofrênica”. Esse “problema” ficou camuflado por vários anos. As mulheres não conseguiam falar sobre o que sentiam: “Era uma insatisfação, uma estranha agitação, um anseio (...)”. Era uma luta solitária da mulher, uma luta diária enquanto trabalhava nos afazeres do dia a dia, na busca de realizar-se como “esposa e mãe”, na busca de “viver sua feminilidade”. Era simples a tarefa, bastava conservar seu esposo, cuidar dos filhos, cuidar da casa, da comida, “tornar seu casamento uma aventura emocionante” e aprender que a mulher verdadeiramente feminina não deseja carreira, cultura erudita, vida política ou desejos masculinos:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

As mulheres verdadeiramente femininas alcançavam o equilíbrio, a maturidade orientando “a vida desde a infância no sentido da busca de um marido e da formação da família, [...] encontrando assim sua verdadeira realização feminina,” que era ser “dona de casa e mãe [...] respeitada como companheira no mesmo plano que o marido. Tinha liberdade de escolher automóveis, roupas, utensílios, supermercados e possuía tudo o que a mulher jamais sonhou. A ambição maior da mulher era um casamento duradouro e uma família fecunda. Os problemas políticos, econômicos e sociais eram masculinos, a ela bastava-lhe ser “dona de casa”.

Através da pesquisa para a escrita do livro, Friedan detectou na fala de outras mulheres que o mal-estar que elas sentiam e não conseguiam definir – que designou como “o problema sem nome” – era também resultado da inadaptabilidade da educação que receberam com a imagem da mulher americana produzida pela “mística feminina” orientada pelas famílias de classe média e amplamente divulgada pela mídia. Defendeu ainda que o “problema” era relativo à questão de identidade, pois as mulheres não se entendiam como sujeitos para além da sua anatomia. Ou seja, seguiam os padrões de “feminilidade” elaborados e impostos pela “mística”, sem reconhecerem seus anseios individuais divergentes a ela (BORGES, 2013, p. 7).

Os padrões de “feminilidade” compostos pela “mística” eram impostos pela sociedade que punia, exilava, camuflava identidades desconstruindo a heroína e tornando-a um ursinho de pelúcia que amava ganhar rosas. O imaginário social reconstruiu o papel da mulher dando-lhe uma condição de dona do lar e de renúncia da vida social. Para a autora da Mística feminina, quando a sociedade estagnou os papéis, freou o direito de realização pleno da mulher, gerou nela a sensação de que algo estava errado, sensação de incompatibilidade, de irrealização pessoal dando origem a um problema psicossocial, emotivo na mulher. A educação feminina se empenhava na construção de uma mulher conforme a visão masculina do que é ser uma mulher, e foi justamente essa percepção que deu origem a Mística feminina que, posteriormente, redundou no “problema sem nome,” pois não podia ser detectado pelos médicos, cientistas, escritores e conselheiros que auto afirmavam a “Mística feminina”. O “problema sem nome” que afetava a mulher norte americana estava no desejo

feminino de ter algo a mais que o marido, os filhos e a casa. Era a insatisfação de estar amarrada a casa, insatisfação que as revistas femininas não podiam denunciar. Laços que sufocava a verdadeira realização da mulher. Segundo Friedan (1971, p. 34):

A figura de mulher que emerge dessas bonitas revistas é frívola, jovem, quase infantil; fofa e feminina; passiva, satisfeita num universo constituído de quarto, cozinha, sexo e bebês. A revista não deixaria, com certeza, de falar em sexo, a única paixão, o único objetivo que se permite à mulher em busca do homem. Está atulhada de receitas culinárias, modas, cosméticos, móveis e corpos de mulheres jovens, mas onde estaria o mundo do pensamento e das ideias, a vida da mente e do espírito? Na imagem da revista as mulheres só trabalham em casa e no sentido de manter o corpo belo para conquistar e conservar o homem.

Sufocada na satisfação imediata do consumo das receitas, da moda, dos utensílios de beleza faltava-lhe tempo para o exercício político, cultural e social. A autora de “Mística Feminina” relata que esse perfil da mulher supracitado não condiz com o perfil das mulheres descritas nas revistas dos anos de 1930 e 1940 que destacava a mulher como heroína, “como indivíduo, profissional e guerreira”. Segundo ela, foi “a partir de 1949” que a imagem da mulher “foi revestida” em “esposa-mãe”. A autora sugere que a imagem da mulher foi reconstruída socialmente e na reconstrução foi tolhido o sonho feminino para além dos muros de casa:

A transformação refletida nas páginas das revistas femininas tornou-se nitidamente visível em 1949 e prosseguiu pela década de 50. «A feminilidade começa em casa», «Talvez o mundo seja mesmo dos homens», «Tenha filhos enquanto jovem», «Como conquistar um homem», «Devo deixar de trabalhar quando nos casarmos?», «Você está treinando sua filha para dona de casa?», «Carreiras domésticas», «As mulheres precisam mesmo falar tanto?», «Porque nossos soldados preferem as alemães», «O que as mulheres podem aprender com Eva», «A política é o mundo dos homens», «Como conservar feliz seu casamento», «Não tenha medo de casar jovem», «O médico fala sobre amamentação natural», «Nosso filho nasceu em casa», «Para mim, cozinhar é poesia», «Dirigir uma casa é um grande negócio». (FRIEDAN, 1971, p. 41).

As revistas estigmatizavam as mulheres. A propaganda, meio de dominação e despotismo, censurava os desejos de conquista e realização profissional da mulher. Em entrevista com ex-escritoras de revistas, Friedan (1971, p. 50) “afirma” que a imagem da mulher heroína, guerreira, profissional foi cunhado por mulheres escritoras e que a nova imagem da mulher “dona de casa” foi composto por homens que retornando da Segunda Guerra Mundial sonhavam com a quietude de um lar.

Portanto, para ela, essa imagem da mulher “dona de casa” é uma visão masculina e não feminina. E como eram homens que estavam escrevendo as revistas femininas, era tolhido o desejo da mulher de estar na vida social: “Percorri número após número das três maiores revistas de 1958 e também de 1959 (...) sem encontrar uma só protagonista que seguisse carreira, ou tivesse compromissos com trabalho, arte, profissão ou missão, além de sua função de dona de casa”. E complementa: “Apenas uma em cem heroínas tinha emprego e até as jovens solteiras não trabalhavam, exceto na tarefa de agarrar marido” (FRIEDAN, 1971, p. 41).

Essa percepção masculina da mulher não era real. Na imagem da mulher criada pela mulher “qualquer coisa que a impedisse de utilizar toda a sua capacidade era considerada um problema a vencer: obstáculos a uma educação superior e participação na política, discriminação ou preconceitos legais e morais”. Na imagem da mulher criada pelos homens “a mulher é considerada somente em termos de seu papel sexual” e os obstáculos “deixaram de ser um problema”, pelo contrário, os antigos afazeres das mulheres tornaram-se problemas: “uma profissão é um problema, cultura é um problema, interesses políticos e até a própria aceitação de sua inteligência e individualidade são problemas”. E conclui que entre tantos problemas ainda “há o ‘problema sem nome’, um desejo indefinido de ‘algo mais’ do que lavar pratos, passar a ferro, castigar e elogiar crianças” (FRIEDAN, 1971, p. 55-56).

Todos esses preconceitos sociais conduziu a mulher a uma crise de identidade, havia na América do Norte, uma falta de imagem pessoal da mulher. Por falta dessa imagem pessoal, a mulher deixava de realizar-se, de ser tudo o que podia ser prendendo-se num lar e assumindo as tarefas da “mística feminina”. A crise de identidade feminina orientava-se no sentido da mulher ter medo de ser mais do que imaginava a sociedade para ela, uma atrofia do crescimento feminino preparado pela “mística” que não deixa a mulher crescer e ser mais do que “dona de casa”. A crise de identidade sentida pela mulher precisava ser sofrida para que ela crescesse e se tornasse um ser humano mais completo. A solução à crise de identidade da mulher resultou em sua jornada para fora do lar.

As feministas, para Friedman (1971, p. 71), lutam por direitos de seu sexo a uma educação superior, ao voto, à vida profissional e a tomar decisões na sociedade ao mesmo nível de seu companheiro. A crise de identidade vivenciada pela mulher está no amargor de ficar em casa cumprindo as tarefas da “Mística feminina” e não seguir o entusiasmo nascente e deixar o lar em busca de uma nova identidade que possa lhe satisfazer mais. A mulher é uma pessoa livre, raciocina e deve buscar ser pessoa, ser um ser humano completo. Deve almejar a liberdade, o direito ao voto não por querer ser homem, mas por ser pessoa⁶.

Friedan convida as mulheres de sua época a reconquistarem seu lugar na sociedade. Convida-as a uma jornada dupla para além do lar. Dupla, no sentido de que a reação anti-família, “então compreensível, pertencia a uma fase do feminismo que deveria ser superada [...]. O feminismo tinha que se preocupar com a família, se não quisesse perder a sua influência”. No livro O segundo Estágio (*The Second Stage*), Bety Friedan (*apud* SCALA, 2004, p. 220), “advertia contra o perigo de ‘uma retórica feminista ancorada na reação contra o passado (...) e que ignora o que

⁶ “Baseando-se em referências históricas, psicológicas, sociológicas e econômicas e também em entrevistas que conduziu com mulheres em todo o país, Betty Friedan mapeou a gradativa metamorfose da mulher americana, da “nova mulher” independente e voltada à carreira profissional dos anos 1920 e 1930 para a dona-de-casa entediada, escondida num avental, dos anos do pós-guerra” (FOX, 2006, *online*).

realmente preocupa a homens e mulheres””. Assim, para ela, “o verdadeiro problema não era já o que pretendiam resolver as antigas reivindicações, mas outro: ‘como tornar compatível o trabalho, o amor, o lar e os filhos””.

2 UM PROBLEMA COM NOME

Desconstruir um imaginário social de poder é tarefa hercúlea que leva, certamente, bem mais do que uma geração. Uma imagem do que é ser mulher fortemente enraizada na cultura, no máximo, consegue confrontar-se com outra imagem que vem sendo construída ou, se preferir, devolvida as mulheres. Do confronto, espera-se uma síntese.

Porém, o confronto que hora se realiza, não raras vezes, redundando na violência. Esse tópico, “um problema com nome”, tem esse objetivo de tornar claro alguns confrontos de imagens sociais sobre a mulher. Infelizmente, se assim continuar, gritos tornar-se-ão lágrimas, lutas em sangue, mulheres em memórias.

Desde o início, tenho certeza, as mulheres “revolucionárias” não acreditavam que o toque de um rei mudaria suas chagas, como descreve Marc Bloch, no livro *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*, onde os poderes sobrenaturais dos reis curavam os súditos. Não são toques mágicos que mudam a história, é a ação que transforma a sociedade. Como bem lembrou Marx (2011, p. 25) os homens/as mulheres fazem suas histórias “mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. São circunstâncias do passado que hoje conduzem as mulheres a lutarem para fazerem as suas próprias histórias. Para mudar com o “toque mágico” da ação a imagem social construída sobre seus desejos e anseios, sobre o que é ser uma mulher.

Foi em prol da luta para se construir nas circunstâncias de uma época que, de repente, ouviu-se um som esquecido. Nossa, era uma voz feminina? Era uma denúncia sobre a “Mística feminina” (FRIEDMAN, 1971, p. 40), uma mulher, mesmo ignorada por muitos, fez uma denúncia:

A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade. Afirma ainda que o grande erro da cultura ocidental, no decorrer dos séculos, foi a desvalorização dessa feminilidade. Diz ainda que esta é tão misteriosa, intuitiva e próxima à criação e à origem da vida, que a ciência humana talvez jamais a compreenda. Contudo, por mais essencial e diferente que seja, de modo algum é inferior à natureza do homem; em certos aspectos pode até ser superior. O erro, diz a mística, a raiz do problema feminino no passado, é que as mulheres invejavam os homens, tentavam ser como eles, em lugar de aceitar sua própria natureza, que só pode encontrar realização na passividade sexual, no domínio do macho, na criação dos filhos, e no amor materno.

A mulher deve respeitar a sua natureza, isto mesmo: natureza humana. Natureza racional fala, esbraveja, questiona, não aceita quando imposto. Porém, a injustiça é um símbolo social. O que

fazer agora que o “animal domesticado” latiu? Ao ranger dos dentes, conquistou direitos⁷. Viu-se não mais um animal, agora era um ser. Era uma mulher! Mulher? O que mesmo é uma mulher? Interpelou. O primeiro choque é confuso. É a identidade que urra: “espelho, espelho meu, de fato, quem sou eu?” O choque emergiu...⁸

A mulher esquecida ganhou uma data. Dia oito de Março não é uma data puramente simbólica. É concreta. Não é uma luta unicamente do sec. XIX ou XX. É uma luta de sempre, mesmo no silêncio de quem não tinha voz. Alguém sempre falou por todas. No afã de uma voz criava-se um boneco frágil, manuseável... excluído, censurado, domesticado, reprodutor. As lágrimas, os gemidos quase imperceptíveis compuseram uma melodia nova. Novos fios teceram novas histórias que, na sociedade hodierna, se fizeram ouvir.

Não obstante, com sofrimentos. Recentemente, junho do ano passado (2018), as sauditas ganharam o direito de dirigir. Parece estranho imaginar que as mulheres não tinham habilitação para dirigir? Bem, não consigo explicar a opressão. Sei que no Brasil ainda se escuta que “mulher no volante é perigo constante”, “mulher deve dirigir fogão”, “pilotar a máquina de lavar roupas”... Será que no Brasil a mulher ganhou o direito de dirigir? Será o direito de dirigir exclusivo de um documento? E o preconceito, a discriminação e a violência?

Malala Yousafzai, há sete anos, foi baleada quando estava indo à escola. Três tiros. O crime? Pensar. Detalhou, via *blogger*, utilizando um pseudônimo para a *BBC* (Corporação Britânica de Radiodifusão) seu cotidiano na ocupação do Talibã. Com a popularidade de Malala, após o *New York Time* publicar um documentário com o seu cotidiano, foi baleada. A mulher deve ficar em silêncio, enclausurada? Também não sei explicar a carência de liberdade das paquistanesas. No início do ano de 2019, mês de fevereiro, a Comissão Internacional de Direitos Humanos constatou que 126 mulheres foram mortas e 67 vítimas de tentativa de homicídio no Brasil. Será que no Brasil a mulher é livre? Quantas são baleadas, esfaqueadas e o silêncio omite a violência? O silêncio à dor feminina é algo puramente da Ásia?

⁷“As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais” (BEAUVOIR, 1967; p. 7). Quando se fala mulher ou feminino, evidentemente, Simone não se refere à mulher essência ou arquétipo de mulher.

⁸ “Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: entenderam criar um campo de domínio feminino — reinado da vida, da imanência — tão-somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente procura sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso. O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade” (BEAUVOIR, 1970, p. 85). Não é por razões naturais ou imutáveis, transcendentais, que a mulher é o “segundo sexo” ou o “outro” sexo, mas o feminino tornou-se o “segundo sexo” por questões históricas, culturais. O “eterno feminino” enclausura as mulheres numa série de limitações culturais vistas como naturais e inerentes a todas. Por isso afirma a autora que a mulher deve transformar-se em mulher, uma vez que assim não nasce. Não se é mulher em virtude da Mística de Friedan ou do Eterno feminino. Se é mulher porque se faz mulher, isto é, se constrói como mulher.

Recorrentemente, escutamos que mulheres perderam a vida depois da decisão de não namorar ou continuar casada com o parceiro. Parece cômico, mas tenho uma explicação: mulher não sabe decidir por si, sempre precisou do “outro”, isto mesmo, “outro” (com O maiúsculo). Numa breve construção patriarcal de sociedade, o homem alinhavou a vida da mulher. São cochas de retalhos. Retalhos não possuem identidade, não possui o “eu”. O “eu” sempre foi “meu”. Sempre os problemas tem um nome e, em relação a mulher, está alicerçado na violência fundamentada em recortes, no uso da força, na imposição, no sobressalto à dignidade do “outro”.

Em Novembro de 2018, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2018) constatou que:

A violência contra as mulheres perpetrada por parte do parceiro continua a ser uma violação dos direitos humanos e um problema generalizado de saúde pública nas Américas. A prevalência da violência física e/ou sexual, no entanto, varia entre os países da região. Em alguns deles, esse tipo de violência afeta 14% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos em algum momento de suas vidas, enquanto em outros pode afetar mais de 60% da população feminina.

A ação feminina por liberdade gerou uma reação do seu algoz. Uma vez que a mulher descobriu a fala, e quando fala muitos param para escutá-la, a “mística” vem acrescida não mais de um lar, de filhos e um tolhimento social. Agora a “nova mística” oferece-lhe um cativeiro (da violência) seguido de algemas (que impetram o medo para que novamente se cale). O novo imaginário de poder é reproduzido com a violência, com o impor da força. O antigo problema sem nome ganhou nome, aliás, ganhou vários nomes. Hoje o nome se manifesta de formas diferentes, em ações diferentes, seja o estupro, seja a violência física ou verbal, a violência doméstica, seja o antigo enclausuramento... De alguma forma o problema se rebelou e gritou: “Esse sou eu!”. Ele urra, muitas vezes impune, em vários lugares, em várias estatísticas.

Portanto, acredita-se, que se faz necessário que o Estado elabore leis em defesa da pessoa humana do sexo feminino e puna, de fato, o infrator. Mas em conjunto, faz-se indispensável elaborar medidas que contribua para o aperfeiçoamento da participação livre e feminina na sociedade.

CONCLUSÃO

Hoje, mais do que antes, sabe-se que cada ser é um ser, portanto é livre. Quero, nesta conclusão, citar um modelo de família que me é de bom tom: o cristão. Antes que o leitor diga algo, por eu citar a Sagrada Escrita, quero lhe fazer uma pergunta: Como garantir a liberdade religiosa sem garantir a liberdade do pensamento religioso? É em nome da liberdade do pensamento religioso, da maior religião do Brasil, que se segue os dizeres. Afirma Paulo de Tarso: “Mulheres sejam submissas aos vossos maridos como ao Senhor (Ef. 5, 22)”. Em miúdos, mulheres escutem vossos esposos como ao Senhor. Mas ninguém se questiona o porquê das mulheres escutarem o Senhor. Ele é justo

juiz. Paulo fala à família cristã. “Maridos, amai as vossas mulheres, com o Cristo amou a Igreja e se entregou por ela”. O homem deve amar a esposa como ama a Deus e a si mesmo. Não é justo ao homem espancar, maltratar verbalmente, ser infiel, injusto, aprisionar no ciúme ou em contendas... ele deve amar a sua esposa como Cristo amou a Igreja. Deve estar disposto a morrer por ela. No cristianismo não existe a luta de classes entre homens e mulheres. Eles são uma só carne. Por isso, para o Papa Paulo VI (1971; p. 15), uma Legislação que abranja a causa social feminina deve “orientar-se no sentido de proteger a sua vocação própria (da mulher) e, ao mesmo tempo, de reconhecer a sua independência, enquanto pessoa, e a igualdade dos seus direitos a participar na vida cultural, econômica, social e política”. A mulher adquiriu igualdade de direitos em participar da vida social. O trabalho feminino, as políticas femininas, a vida social e cultural não devem ferir a vocação original dada por Deus de mãe e esposa.

Essa percepção cristã fundamenta-se no pressuposto de uma natureza feminina. Orienta-se no sentido de que há um papel estipulado naturalmente para o homem e para a mulher. Em relação à natureza feminina não há o que discutir, mulheres e homens são seres naturais. Em relação aos papéis sociais, acredito que podem variar ferozmente, porque mulheres e homens são seres históricos. Por isso, penso que essa percepção cristã tem como foco resguardar a família numa época totalmente diferente da de hoje. Por isso, acredita-se, que, em demasia, vem sendo reconstruída na visão social hodierna, pós-moderna. Para tornar mais claro o que está sendo dito: a mulher conquistou direitos antes impensáveis e, portanto, o pensável agora é da própria mulher e de suas próprias crenças. O que não exclui, evidentemente, que intrínseco à família cristã o modelo continua tradicional, porém não fechado (Basta observar os dizeres de Paulo VI acima). Falo sobre o cristianismo porque percebo muitas críticas imerecidas a essa religião e a esse modelo familiar. Quem exige respeito por pensar diferente deve, parece-me muito obvio, também respeitar quem pensa diferente⁹. Mesmo porque os cristãos são dogmáticos e não devem relativizar as verdades que acreditam, enquanto absolutas.

Neste interim, longe desse preceito cristão, o movimento feminista contemporâneo luta por outras prerrogativas sociais como o aborto¹⁰ e a ideologia de gênero¹¹, gerando vários debates. Sei que em torno da ideia de “mulher” se manifesta muitos sentimentos, muitas ideologias, muitos movimentos sociais e conquistas adquiridas. Sei de tudo isso... E isso tudo é um símbolo de conquistas. Mas ponderando: que as mulheres possam crescer numa sociedade melhor e mais humana. Que possa ser plena e livre para pensar, viver, trabalhar, exercer os vários direitos civis e políticos, ser de fato cidadã, sem deixar de ser “mulher” e mãe. Que possamos observar além das

⁹ Fique expresso que respeitar não é consentir.

¹⁰ Aborto é a interrupção da gravidez.

¹¹ A ideologia de gênero se fundamenta no pressuposto da inexistência ou superação da natureza humana e, por consequência, afirma a condição maleável do sexo, na perspectiva de gênero, entendendo-o como construção social.

montanhas com a luz da verdade que resplandece. Que a história (que é manifestação divina em Agostinho) se manifeste e a racionalidade absoluta (Para usar uma expressão de Hegel) traga diante de nós mais do que palavras, ações que transformam as pessoas que transformam o mundo (Parafraseando Paulo Freire). Que possamos refletir sobre os nossos erros para criar um mundo cada vez melhor para todos (as). É possível caminhar de mãos dadas em prol de um mundo melhor. Que assim seja.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Número de assassinato de mulheres no Brasil em 2019 preocupa CIDH*. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/02/04/numero-de-assassinatos-de-mulheres-no-brasil-em-2019-preocupa-cidh.html>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

_____. *O segundo sexo II: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão europeia do livro 2ªed – tradução de Sérgio Milliet, 1967.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada Ave-Maria*, 141.ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1959, (impressão 2001). 1632p.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio - França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BORGES, Joana Vieira. *Da (des)construção do “clássico”: o Segundo sexo e a Mística feminina no Brasil e na Argentina*. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381836121_ARQUIVO_joana-vieira-borges.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>. Acesso 02 de fev. de 2019

FOX, Margalit. *Morre Betty Friedan, pioneira na luta pelos direitos das mulheres*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, segunda-feira, 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0602200609.htm>. Acesso em: 14 mar. 2019

FRAZÃO, Dilva. *Malala Yousafzai: militante dos direitos das crianças. e-biografia*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/malala/>. Acesso em: 08 mar. 2019.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina* – Tradução de Áurea B. Weissemberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

OLIVEIRA, KELLY. *Agência Brasil. A partir de hoje, mulheres saudistas ganham o direito de dirigir*. Online 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/partir-de-hoje-mulheres-saudistas-ganham-direito-de-dirigir>. Acesso em: 08 mar. 2019.

OPAS Brasil, novembro de 2018. Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5812:quase-60-das-mulheres-em-paises-das-americas-sofrem-violencia-por-parte-de-seus-parceiros&Itemid=820.
Acesso em: 09 mar. 2019.

PAULO VI. *Carta Encíclica Octogesina Adveniens*, 1971. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/pauli/pt/apost_letters/documents/hf_pi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 01 fev. 2019.

MARX, Karl. *18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SCALA, Jorge. *IPPF: a multinacional da morte*. Anápolis: Múltipla Gráfica e editora, 2004.

SILVEIRA, Marcos Delson da. *Marxismo e revolução cultural no Brasil: a política como instrumento de ascensão do mal*. Goiânia: Kelps, 2019.